

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE 5 DE MARÇO DE 2018**

A Assembleia Municipal de Peso da Régua reuniu em sessão extraordinária no dia 5 de março de 2018, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, para dar cumprimento ao que foi deliberado na Assembleia Ordinária de 27 de fevereiro de 2018, para completa apreciação e votação do ponto sete da Ordem de Trabalhos que consta da convocatória do dia 16 de fevereiro de 2018.

Não responderam à chamada os Srs. Deputados André Ribeiro Costa, Maria Isabel Barroco de Melo e Paulo Jorge da Cruz Costa, sendo substituídos pelos Senhores Deputados Isabel Maria Guedes de Sá, Marlene Monteiro de Almeida e Fernando José Aires Lebre.

Ponto único a ser tratado: Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e dívidas abrangidas por acordos de pagamento nos termos ao artº 101º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018.

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu do uso da palavra, uma vez que já tinha procedido à apresentação desta matéria na sessão anterior.

Por parte do PCP, a Senhora Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães também prescindiu do uso da palavra.

De seguida foi concedida a palavra à representante do Grupo Municipal do PS, a Senhora Deputada Joana Catarina do Souto Lopes, cujas considerações constam da sua declaração de voto anexa a esta ata. Anunciou que o Grupo Municipal do PS se iria abster.

O representante do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Deputado Raúl Jorge de Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves, elogiou a medida e rebateu os argumentos do PS.

O Senhor Presidente da Câmara refutou os argumentos esgrimidos pelo PS e prestou alguns esclarecimentos adicionais.

A Senhora Deputada Joana Caterina do Souto Lopes usou da palavra para manter o que tinha afirmado anteriormente.

O Senhor Deputado Hugo Tiago Rodrigues elogiou o desempenho da Câmara em geral e declarou o seu apoio à medida em discussão.

O Senhor Deputado Raúl Gonçalves reforçou o que tinha anteriormente afirmado e rebateu novamente os argumentos do PS.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a usar a palavra para reforçar a posição adotada.

A proposta foi aprovada com 16 votos a favor e 13 abstenções.

De seguida foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e nove membros presentes, a presente acta, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3.º e 4.º do art. 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.